



ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO CONTADOR: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

SUPERVISED INTERNSHIP AND ITS CONTRIBUTION TO ACCOUNTANT TRAINING: A CASE STUDY IN THE ACCOUNTING SCIENCES COURSE AT THE STATE UNIVERSITY OF PIAUÍ

Elvis Gomes Marques Filho¹
Sabrina Pereira de Araújo²
Luciano Silva Figueiredo³
Janaína Alvarenga Aragão⁴

RESUMO: O estágio supervisionado curricular tem um papel fundamental e articulador de integração entre teoria e prática, já que permite aos alunos terem contato direto com a realidade profissional, desenvolvendo competência e habilidades específicas para a formação do profissional contábil. É um processo que deve ser vivenciado, tendo em vista que a experiência ocorre quando há o envolvimento do aspecto acadêmico com as atividades a serem realizadas na organização cedente do estágio, evidenciando aspectos da grade curricular do curso de Ciências Contábeis. Diante desse contexto, o presente trabalho objetiva analisar a contribuição do Estágio Supervisionado no curso de Ciências Contábeis e sua importância para a formação do futuro contador. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se o método de pesquisa qualitativa, com o propósito de conhecer os aspectos através do levantamento documental e bibliográfico. Conclui-se que a análise obtida da disciplina de estágio supervisionado no curso de Ciências Contábeis nas instituições de ensino superior do Brasil é fundamental para que se alcance o nível prático que é a chave do sucesso do curso, fortalecendo o processo de ensino, e também proporcionando uma visão de mercado para o futuro contador.

Palavras-chave: Currículo; Ensino-aprendizagem; Profissional contábil.

ABSTRACT: The supervised curricular internship has a fundamental and articulating role of integration between theory and practice, since it allows students to have direct contact with the professional reality, developing specific competence and skills for the training of the accounting professional. It is a process that must be experienced, considering that the experience occurs when there is the involvement of the academic aspect with the activities to be carried out in the organization providing the internship, highlighting aspects of the curriculum of the Accounting course. In this context, the present work aims to analyze the contribution of the supervised internship in the Accounting Sciences course and its importance for the formation of the future accountant. To achieve this goal, the qualitative research method was used, with the purpose of knowing the aspects through the documentary and bibliographic survey. It is concluded that the analysis obtained from the supervised internship discipline in the Accounting Sciences course in institutions of higher education in Brazil is fundamental for reaching the practical level that is the

¹ Elvis Gomes Marques Filho, Mestrando na Universidade Estadual do Piauí, elvisfilho@pcs.uespi.br

² Sabrina Pereira de Araújo, Bacharela na Universidade Estadual do Piauí, sabrinaaraujo@aluno.uespi.br

³ Luciano Silva Figueiredo, Doutor pela Universidade Estadual do Piauí, lucianosilva@pcs.uespi.br

⁴ Janaína Alvarenga Aragão, Doutora pela Universidade Estadual do Piauí, janainaalvarenga@pcs.uespi.br



key to the success of the course, strengthening the teaching process, and also providing a market vision for the future accountant.

Keywords: Curriculum; Teaching-learning; Accounting professional.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência social que estuda o patrimônio das empresas, esse estudo é feito através dos registros contábeis, que tem como função registrar todos os eventos econômicos e financeiros ocorridos dentro de uma empresa, dos fatos e das respectivas demonstrações dos resultados produzidos. O principal objetivo da Contabilidade é permitir que cada grupo principal de usuários avalie a situação econômica da Entidade, diante disso ela é um grande instrumento que auxilia a administração e empresários a tomar decisões (IUDÍCIBUS, 2000).

Atuais e futuros contadores devem estar preparados para enfrentar os desafios, por isso é de extrema importância uma boa formação acadêmica para que possam lidar com os problemas apresentados (FARIA, QUEIROZ, 2008).

O contador, tendo como função primordial por muitos anos a guarda de livros fiscais, observou o mercado de trabalho crescer de tal forma, trazendo a necessidade de reduzir custo, captar mão de obra especializada e otimizar processos, a fim de conseguir vantagens competitivas sobre os seus concorrentes (CARDOSO, 2017). Sendo assim, o profissional contábil possui hoje, em relação aos novos conhecimentos, um papel de orientar a empresa na tomada de decisões, não apenas de guarda-livros.

É importante que a formação do profissional contábil seja a mais completa possível, a teoria deve estar integrada com a prática, isto é, o conhecimento adquirido na teoria deve ser aplicado na prática, a disciplina que possibilitam alcançar esse fim é o Estágio Supervisionado (SANTOS *et al.*, 2017).

Diante dessas concepções, a problemática levantada nesse artigo é: qual é a contribuição da disciplina de Estágio Supervisionado, no Curso de Ciências Contábeis, nas Instituições de Ensino Superior brasileiras na formação acadêmica do profissional contábil? Para responder à questão-problema, objetivamos analisar a contribuição do estágio supervisionado no curso de Ciências Contábeis e sua importância para a formação do futuro contador. Estudos que investigam essa temática podem trazer discussões pertinentes sobre o estágio supervisionado e sua contribuição para a formação acadêmica e profissional dos estagiários.

Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa. A pesquisa qualitativa é aquela que busca descrever e entender os fenômenos sociais a partir da vivência, do estudo do objeto, examinando interações e comunicações ou até mesmo documentos (GIBBS, 2009). Quanto aos objetivos, é exploratória, que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou hipóteses. Realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, através de livros, artigos, monografias e documentos oficiais (GIL, 2008).

BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

A história da Contabilidade no Brasil vem atrelada à necessidade que os comerciantes tinham em melhorar a qualidade de controle de seus bens. Em 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil, houve um desenvolvimento socioeconômico e cultural



mais efetivo na Colônia, devido à abertura de portos outras nações, a Colônia passou a comercializar produtos de outros países (REIS; SILVA; SILVA, 2007). Outro fato marcante foi o Código Comercial Brasileiro estabelecido no período da República, no ano 1850 pelo Imperador D. Pedro II, com o intuito de regulamentar os procedimentos contábeis (REIS; SILVA; SILVA, 2007).

Em 1869, foi criada a Associação dos Guarda Livros da Corte, reconhecido oficialmente no ano seguinte pelo Decreto Imperial n.º 4.475. A primeira profissão liberal do Brasil, foi o guarda-livros, exigia-se que esses profissionais tivessem domínio das línguas portuguesa e francesa, além de uma aperfeiçoada caligrafia (REIS; SILVA; SILVA, 2007). A Escola Prática de Comércio de São Paulo foi criada em 20 de abril de 1902, com o intuito de criar um curso que regulamentasse a profissão contábil. Posteriormente, passaria a denominar Escola de Comércio Álvares Penteado, em homenagem a um dos seus fundadores (SCHMIDT, 1996).

Somando a isso, o Decreto n.º 7.988/1945 consolidou o Ensino Técnico em grau superior, sendo instituído o curso universitário de Ciências Contábeis (CARMAGO, 1991). O Curso de Ciências Contábeis foi desdobrado em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, passando os concludentes do curso de Ciências Contábeis a receber o título de Bacharel em Ciências Contábeis, pelo Decreto n.º 1.401, de 31 de julho de 1951 (ARAÚJO, 2002).

Uma normatização importante para a Contabilidade foi o Decreto-lei n.º 9.295 de 27 de maio de 1946, no qual foram criados os Conselhos Federal e Regional de Contabilidade, com a determinação de fiscalizar e reger a profissão contábil. O primeiro registro profissional do CRC foi do Senador João Lyra, considerado o Patrono da Classe Contábil. No ano de 1981, o Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu as Normas Brasileiras NBC, dividindo em Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas NBC-T e Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais NBC-P, na qual foram dispostos dezesseis princípios contábeis (SOUZA, 2012).

Nesse contexto, o ensino de contabilidade no Estado do Piauí, até 1975, foi praticado através de Escolas de Comércio e Escolas Técnicas, logo em seguida começou a funcionar o Curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Piauí, e, ao longo dos anos, o Ministério da Educação (MEC) vem autorizando o funcionamento de outras Instituições com o curso de Ciências Contábeis (MAGALHÃES; ANDRADE, 2004).

A FORMAÇÃO DO CONTADOR

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, confirma o direito do cidadão à Educação, garantido pela Constituição Federal, ressaltando que a educação para ser completa e de qualidade deve se vincular ao mundo do trabalho e à prática social.

Outrossim, a Resolução CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004, que institui as Diretrizes Nacionais para o curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, estabelecendo a organização curricular para curso de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, estabelece que:

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação



exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I – Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática, Estatística;

II – Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuárias e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III – Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independente, Conteúdos Optativo, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizado para Contabilidade.

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a descrição do perfil desejado do acadêmico, como competências, habilidade, conteúdo do curso, incluindo algumas sugestões de conhecimento na matriz curricular, carga horária e a duração do curso (LAFFIN, 2015).

Foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em junho de 2010, a Lei n.º 12.249/2010, que altera as normas que regulamenta a profissão no Brasil, com a nova Lei o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) passam a ser responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão contábil. Só vão poder exercer a profissão os que concluíram o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, foram aprovados em exame de suficiência e registrados do Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos, nessa ordem.

O Conselho Federal de Contabilidade, órgão responsável pela normatização, registro e fiscalização do exercício profissional dos contabilistas no Brasil, há muito tempo vem-se empenhando para atender às constantes solicitações sobre os conteúdos que devem compor a formação dos profissionais da área contábil e o aprimoramento do ensino superior de Ciências Contábeis (KOUNROUZAN, 2011). As matérias solicitadas para a grade curricular de ciências contábeis mudam de acordo com a situação de cada período de tempo, vão modificando-se para se atualizar ao Mercado, quando necessário.

Para uma melhor formação, é preciso um currículo que contemple as necessidades do Mercado. Um ensino composto por toda as essencialidades da Contabilidade é indispensável para que o estudante possa alcançar seu objetivo almejado com o curso e conseguir se tornar um contador qualificado. Por meio do planejamento do currículo, o Plano de Ensino deve estabelecer disciplinas que possibilitem atingir o objetivo de formar egressos com perfil profissiográfico desejado, assim, proporcionando a interação do currículo, conteúdos e disciplinas (FARIA; QUEIROZ, 2008). Diante disso, é necessário analisar os conteúdos, observar as necessidades de mudanças e aperfeiçoá-los, quando necessário.

É essencial que a realidade do discente e o Mercado estejam interligados para a construção cognitiva, o docente tem que intencionalmente levar o aluno a essa construção (KONRAD, 2015). A forma como essa disciplina é passada ao aluno influencia muito na absorção desse conteúdo.

O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM



O ensino é um processo deliberado de facilitar que outra pessoa ou pessoas aprendam e cresçam intelectualmente e moralmente, fornecendo-lhes situações planejadas de modo que os aprendizes vivam as experiências necessárias para que produzam neles as modificações desejadas (BORDENAVE, PEREIRA, 2012). Aprender não é memorizar e estocar informações, mas, “reestruturar o sistema de compreensão do mundo”, o que acontece com um trabalho cognitivo. A reconstrução permite que se estabeleça o equilíbrio rompido dominando melhor a realidade de maneira simbólica e prática (PERRENOUD, 2000).

Durante as décadas de 1960 e 1970, foram realizados vários estudos que procuraram encontrar a relação entre a conduta do professor na sala de aula e os progressos dos alunos. Os professores foram “produtos” de um processo de ensino-aprendizagem, que implicava dois tipos de variáveis fundamentais: o processo de ensino, que era baseado na conduta do professor e nas interações que se produzem com os alunos, e o produto ou resultados dessa prática, que era expressado no rendimento acadêmico dos alunos a curto e longo prazo (ALBUQUERQUE, 2010).

Na sociedade de conhecimento, marcada pela produção de economias do conhecimento, que são fomentadas pela criatividade e inventividade, estes fatores devem nortear o sistema de ensino que está inserido nessa sociedade em constante transformação, ao passo que o conhecimento, a inventividade e a criatividade passam, cada vez mais, a estar intrinsecamente ligados às atividades das pessoas (HARGREAVES, 2004).

Nesse contexto o sistema de ensino exige um modelo interativo entre os elementos do ambiente educacional: Instituição “suporte”, Professor “especialista”, Aluno “aprendiz” e Assunto “currículo”, assim, assegurando o processo de ensino-aprendizagem (SILVA, 2006). As Instituições de Ensino Superior devem evitar medidas fragmentárias e os Planos de Ensino devem variar de acordo com certos elementos, como o aluno, o professor, o conteúdo e a instituição (MOREIRA, 2003).

A abordagem tradicional molda a educação no formato “educação bancária”, ou seja, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante, ou seja, identificar o professor como o narrador de conteúdo, com o único objetivo de “encher” os ouvintes, no caso, os alunos, que, por sua vez, recebem em suas “vasilhas”, o que está pronunciado (FREIRE, 1987). Esse ensino é caracterizado pelo verbalismo do professor e a memória do aluno (GIL, 2006).

A abordagem Humanista oferece condições ao desenvolvimento e à autonomia do aluno de forma democrática (MIZUKAMI, 1986). Já a abordagem Comportamentalista considera o professor o organizador e aplicador dos meios que garantem a eficiência e a eficácia do ensino (SILVA, 2006).

A abordagem cognitiva, por sua vez, vislumbra o professor como o responsável por criar situações desafiadoras de aprendizagem e o aluno participa de modo ativo nas resoluções das questões problematizadas pelo professor (SILVA, 2006). Na abordagem Sociocultural, por sua vez, os agentes envolvidos, aluno e professor, crescem juntos, o professor direciona e conduz o processo ensino-aprendizado, enquanto o aluno se torna capaz de operar mudanças no ambiente que está vivenciando (GIL, 2006). O que se compreende fazer uma consideração sobre o pensamento do educador, ninguém se educa, os homens se educam entre si, ninguém educa ninguém, mediatizadas pelo mundo (FREIRE, 1979).

No ensino da Contabilidade por muitos anos foi usado o método tradicional. Hoje esse método precisa ser repensado, pois os futuros Bacharéis em Ciências Contábeis precisam ter conhecimento amplo, que lhes proporcione raciocínio crítico e poder de



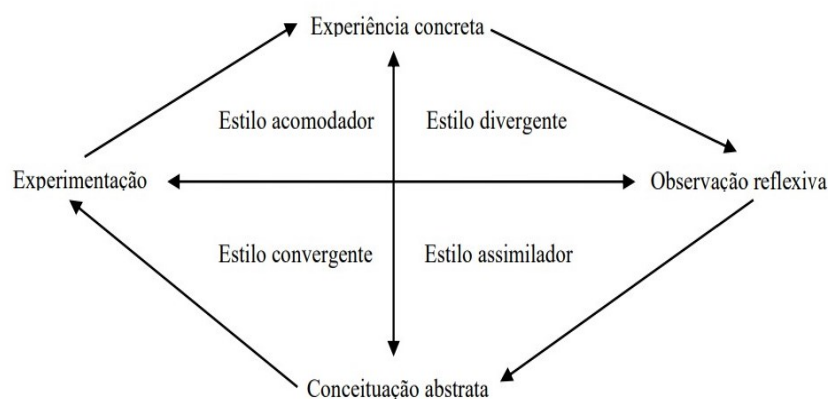
juízo e emissões de opiniões (SANTOS *et al.*, 2013). A educação para os futuros contadores deve conter um amplo conjunto de habilidades e conhecimentos (MARION, 2001). Os professores têm um papel de mediadores do conhecimento, por isso, a importância de autoavaliarem-se, na qual permitirá a construção de um diálogo efetivo na relação aluno e professor.

O ensino da Contabilidade tem como intuito a tomada de decisão considerando os recursos escassos, incluindo a identificação de decisões cruciais das áreas e a determinação de objetivos e metas, prover relatórios gerenciais sobre custos dos recursos com identificação dos pontos críticos e oportunidades de melhorias (OLIVEIRA, 2003). Os estudantes de contabilidade deverão desenvolver a capacidade de iniciativa própria e descobrir a necessidade de um processo de aprendizagem contínuo e de crescimento em sua vida profissional (MARION, 2001).

Os estudos que envolvem as práticas de ensino e aprendizagem levam aos pesquisadores a uma busca de alternativas para a aprendizagem e o desenvolvimento de mecanismos e práticas educativas que conduzem ao sucesso escolar (CERQUEIRA, 2000). Nesse contexto, o processo de aprendizagem tem relação direta com a identificação e seleção, por parte das pessoas, daquilo que elas julgam importante para o desenvolvimento de suas atividades, que depende da motivação e do interesse de cada um, bem como da qualidade de aprender e do ganho de conhecimento (KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2011).

É nesse cenário de reconhecimento da experiência como fator fundamental para o processo de aprendizagem humano que David Kolb desenvolveu seus estudos, os quais resultaram em um modelo chamado Teoria Experiencial de Aprendizagem, a qual procura evidenciar como a experiência é transformada pela reflexão em ideias e conceitos, servindo de orientação para a criação de novas experiências (SHARLANOVA, 2004; KOLB; YEGANEH, 2011). A aprendizagem experiencial integra perspectivas de aprendizagem que combinam experiência, percepção, cognição e comportamento, ou seja, a Abordagem Experiencial integra diferentes perspectivas do processo de ensino e aprendizagem. Tendo relação entre aprender, conhecer, refletir e desenvolver um modelo denominado de ciclo de aprendizagem, conforme mostra a Figura 1 (KOLB, 1984).

Figura 1: Estágios do ciclo de aprendizagem de Kolb



Fonte: KOLB, A. Y.; KOLB, D. A. Learning styles and learning spaces: enhancing experiential learning in Higher Education. *Academy of Management Learning & Education*, v.4, n. 2, p. 193-212, 2005.



O modelo retrata dois modos opostos de percepção da experiência, quais sejam, a Observação Reflexiva (OR) e a Experimentação Ativa (EA), bem como dois modos opostos de Experiência Transformadora, sendo eles Experiência Concreta (CE) e a Conceituação Abstrata (CA). Para que a aprendizagem seja eficaz, sugere que o aprendiz passe por todos esses estágios, visto que aprender com a experiência é um processo de construção de conhecimento que envolve uma tensão criativa entre esses quatro modos de aprendizagem (KOLB; KOLB, 2005, PIMENTEL, 2007, REIS; PATON; NOGUEIRA, 2012).

Para que esse processo seja plenamente eficaz sugere-se que o aprendiz passe por todos os estágios. Experiência Concreta (EC) é a aprendizagem proveniente de uma percepção dos sentidos básicos (tato, audição, visão, olfato, paladar) causada por determinada realidade, em um processo ativo de envolvimento direto, em seguida a Observação Reflexiva (OR) ocorre pela reflexão interna da experiência vivida, comparando com o conhecimento proveniente de experiências anteriores, após assimilar a reflexão com uma teoria vem a Conceituação Abstrata (CA) nesse estágio, a experiência é relacionada, por meio de pensamentos e uso de lógica, com conceitos e teorias que a fundamentam, o que permitirá sua utilização para resolver problemas futuros, e, finalmente, as hipóteses são testadas em novas situações na Experimentação Ativa (EA) que refere-se às transformações das teorias, conceitos e significados criados a partir da experiência vivida, o que ocorre por meio de sua aplicação em situações e problemas práticos (KOLB, 1984, SONAGLIO;GODOI, SILVA, 2013)

A teoria é facilmente ligada à prática educativa, o ciclo de aprendizagem é vivenciado, tendo em vista que a experiência ocorre quando há o envolvimento do aspecto acadêmico com as atividades a serem realizadas na organização cedente do estágio (SOUSA; MIRANDA, 2019). A partir da reflexão a respeito dessa experiência, os acadêmicos criam estratégias e significados que são transformados em atitudes e procedimentos de conceituação abstrata (SCHMITZ, 2013). Com o resultado dessas combinações, têm-se os estilos de aprendizagem divergente, convergente, assimilador e acomodador, os quais “se referem ao modo como o aluno percebe, interage e responde ao ambiente de aprendizagem” (ALMEIDA, 2007).

O estilo divergente (experiência concreta e observação reflexiva) diz respeito a pessoas reflexivas que têm habilidade imaginativa e dispensam atenção aos significados e valores, sendo hábeis em observar as situações por diversos ângulos e pontos de vista, bem como estabelecendo relações possíveis dentro de um todo. Já o estilo assimilador (observação reflexiva e conceituação abstrata), é representado por pessoas que têm o raciocínio indutivo e que são capazes de criar modelos teóricos e elaborar explicações racionais simplificadas para diversas observações realizadas (KOLB; KOLB, 2008), por sua vez, o estilo convergente (conceituação abstrata e experimentação ativa) diz respeito a pessoas mais pragmáticas, que se concentram na aplicação prática das ideias e, por isso, aprendem pensando e agindo (KOLB; KOLB, 2008) enquanto o estilo acomodador (experiência concreta e experimentação ativa) é representado por pessoas que melhor se adaptam às novas situações, às circunstâncias imediatas, que aprendem fazendo, que aceitam o risco e, em virtude disso, se guiam mais pela intuição do que pela lógica (KOLB; YEGANEH, 2011).

A importância do papel do professor para ser capaz de identificar os diferentes estilos de aprendizagem e intervir quando necessário, a fim de garantir que a aprendizagem ocorra é fundamental (KOLB,1984). Esse ciclo de aprendizagem fornece um *feedback* do processo de aprendizagem dos alunos e possibilita que os professores,



supervisores e IES possam melhor avaliar seus métodos de ensino-aprendizagem, estimulando o estudante a desenvolver habilidades e adquirir novos conhecimentos de forma contínua para responder aos desafios e dificuldades de sua profissão como em um ato de aprender a aprender (BALDWIN; RECKERS, 1984, NOSSA, 1999, KOLB; KOLB, 2005, DIAS FILHO, 2011, REIS; PATON; NOGUEIRA, 2012)

Diante disso, a utilização da teoria de Kolb também favorece a compreensão de aprendizagem dos acadêmicos quanto à realização dos seus estágios (preparação, planejamento, início, execução, monitoramento, controle e encerramento), ou seja, a experiência na vida profissional (SOUSA; MIRANDA, 2019).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A origem do estágio no Brasil está fortemente ligada à chegada da família real, na qual foram implementados os primeiros cursos superiores no país, e com isto, veio junto a percepção de que, para ingressar no mercado de trabalho, tem que estudar, “é onde surge aproximação com a vida prática, o estágio” (IEL, 2010).

A primeira legislação a regulamentar o estágio foi o Decreto-lei n.º 4073/42, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabelecendo as bases de organização e de regime deste ensino, o “grau secundário” (IEL, 2010). A partir daí várias leis foram criadas ao longo do século, buscando regulamentar o estágio no Brasil.

O estágio escolar somente foi instituído nas faculdades e escolas técnicas no final da década de 60, quando, em 1967, sob a ditadura militar, o Ministério do Trabalho e Previdência Social sancionou a Portaria n.º 1.002. Foi definida a importância do Estágio, criando condições favoráveis ao entrosamento entre a Escola e a Empresa. Determinou ainda que o Estágio deveria ser firmado em um contrato com uma duração, carga horária, valor da bolsa e o seguro contra acidentes pessoais (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

Como reflexo do impulso econômico experimentado pelo país, foram criados os “estágios práticos” de nível superior nas áreas prioritárias de Engenharia, Tecnologia, Economia e Administração, por meio do Decreto n.º 66.546, de 11 de maio de 1970. Os “estágios práticos” induziam a um sentido de trabalho para algumas áreas consideradas desenvolvimentistas, em que havia deficiência de mão de obra preparada (COLOMBO; BALLÃO, 2014). Ainda de acordo com os autores, a Lei n.º 5.692/71, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), impôs a profissionalização a toda Escola Secundária Nacional, evidenciando a necessidade do estágio como elemento complementar à formação do educando. Entretanto, o foco sempre era o setor produtivo (Empresas).

Foi com a Lei n.º 6.494 de 1977, que posteriormente foi regulamentada pelo Decreto n.º 87.497/82, que definiu quem poderia ser estagiário e quais os papéis dos segmentos envolvidos no estágio. No decorrer dos anos, foram sancionadas várias leis específicas sobre o estágio (IEL, 2010).

Para enfrentar dificuldades das legislações anteriores, e tentando conceituar o estágio como assunto efetivamente educacional, ficou muito clara a necessidade de uma nova legislação, adequada à realidade atual das propostas pedagógicas e de mercado. Assim, em 25 de setembro de 2008, foi sancionada a Lei n.º 11.788/2008, que vigora até os dias de hoje (IEL, 2010).

O estágio curricular, além de permitir uma vivência prática ao aluno, representa uma importância, sistematização e confrontação com a teoria e aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso (FREY, M; FREY, I, 2002). Torna-se



extremamente importante o estágio pelo fato de que é um meio para que o aluno ingresse no Mercado de Trabalho.

O estágio, sendo obrigatório ou não, permite aos alunos ter contado direto com a realidade profissional, desenvolvendo competências e habilidade específicas para sua futura profissão, emergindo como uma ferramenta fundamental e articuladora de integração entre a teoria e a prática (SOUZA; AMORIM; SILVA, 2011).

De acordo com o Conselho Nacional de Educação - Câmara Nacional de Educação Superior, a Resolução CNE/CES n.º10, de 16 dezembro de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação de Ciências Contábeis, bacharelado, dando assim, suas providências também ao Estágio Supervisionado. Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do acadêmico.

Conforme a Lei n.º11.788/2008, mais conhecida como Lei do Estágio, no seu artigo 1.º no § 2º “o estágio visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para uma vida cidadã e para o trabalho”. Esse momento do estágio vem para vivenciar toda a teoria aprendida na Universidade.

O estágio supervisionado curricular não se considera como emprego, quer de caráter temporário ou de duração indeterminada, não criando vínculo empregatício entre as partes, regulamentado por legislação específica. Pelo fato de que é uma relação entre a Instituição de Ensino com a Pessoa Jurídica Privada ou Pública, com o intuito de formar alunos aptos para encarar o Mercado de Trabalho (FREY, M; FREY, I, 2002).

Vale ressaltar que as atividades práticas da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), objetivam a oportunidade de serem vivenciadas e devem ser vinculadas com as atividades teóricas ao longo do curso, a partir de situações concretas de vivência profissional (UESPI, 2017-2021). Assim, possibilitando desenvolver suas habilidades e com isso descobrir com qual área mais se identifica.

O Estágio na Universidade Estadual do Piauí, *campus* Professor Barros Araújo no Curso de Ciências Contábeis, é realizado no sexto e sétimo bloco, com carga horária de 180 horas. As ementas das disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II têm como objetivo desenvolver o raciocínio lógico em condições reais de trabalho e desenvolvimento e apresentação de um trabalho prático na área de contabilidade. Para iniciar o estágio propriamente dito, o discente do curso de Ciências Contábeis da UESPI deverá preencher o termo de compromisso, ficha de inscrição do estágio, plano de estágio, ofício, folha de frequência, ao final do estágio deverá entregar para o professor da disciplina. Entretanto, somente após a conclusão do Estágio Supervisionado II que deverá entregar um relatório do estágio.

Sobre a dinâmica de organização do estágio, destaca que para o aluno isso é fundamental, pois caso isso não ocorra ele terá dificuldades em compreender como se dá sua presença naquele ambiente de atuação profissional, dificultando a superação das dificuldades.

HABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DA ÁREA CONTÁBIL *VERSUS* MERCADO DE TRABALHO

O termo habilidade origina-se da palavra *habitate* que em latim significa *saber fazer*, entende-se pela capacidade e aptidão do indivíduo de desenvolver algo. A



habilidade trata-se de uma sequência de modos operatórios de induções e deduções, pois quando o sujeito passa a utilizar seus conhecimentos para resolver uma situação-problema, sem planejar, então ele está utilizando a habilidade (PERRENOUD, 1999).

A situação-problema é composta pelos desafios que surgem durante a caminhada do aluno, e que envolvem o planejamento, a tomada de decisão, a análise do contexto, além do desenvolvimento de habilidades e competências (MACEDO, 2005). Portanto, devem ter relação com o cotidiano do educando, para que assim possam ser desenvolvidas novas habilidades e competências (SILVA; FELICETTI, 2014).

Ao abordar o perfil do contador, nota-se que a forma de atuação e as necessidades do contador têm se alterado com o passar dos anos, o que leva a expandir seu campo de habilidades, não limitando apenas ao conhecimento técnico contábil, mas também a um nível de cultura geral que permita o entendimento do ambiente econômico, político e social em que os usuários de informações estão inseridos (MOHAMED; LASHINE, 2003).

A educação contábil deveria criar efeitos para que os profissionais tenham um amplo conjunto de habilidades que poderiam ser divididas em habilidades de comunicação, intelectual e relacionamento com as pessoas (MARION, 2001). Diante da necessidade do mercado globalizado, o contador precisa de uma formação com competências e habilidades diversificadas (XISTO, 2008).

De acordo com a Resolução CNE/CES n.º10, as competências e habilidades, por sua vez, evidenciam a preocupação com o desenvolvimento do pensamento crítico do egresso, sinalizando o que deverá ser considerado pelos cursos de Ciências Contábeis.

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I – Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II – Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III – elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV – Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V – Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informação contábeis, com reconhecimento nível de precisão;
- VI – Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais [...];
- VII – Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII – Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve contemplar um perfil profissional que revele as capacidades técnicas e funcionais, capacidade de se enquadrar e atuar nos diversos modelos organizacionais, inclusive naqueles influenciados por modelos e normas internacionais (SOUZA; ORTIZ, 2006). Com isso, o futuro profissional da Contabilidade deve desenvolver diferentes habilidades como visão de futuro, segurança



para solucionar problemas, ética, tem que ser dinâmico, flexível e com uma boa capacidade de inovar, sobretudo na sua área de atuação (SCHLINDWEIN, 2007)

O crescente uso das tecnologias da informação está relacionado ao crescimento de demandas cognitivas que requerem maior qualificação e, em decorrência, tornam o trabalho mais completo (BASTOS, 2006). A qualificação profissional permite obter resultados para os indivíduos, para suas equipes de trabalho e também para as Instituições. Essa qualificação pode ocorrer de diversas formas, desde a contratação de estagiários e pessoas em primeiro emprego, até ações de capacitações, como treinamento em serviço ou investimentos em cursos realizados dentro ou fora da organização (MOURÃO, 2009).

Com as novas exigências em relação aos saberes dos trabalhadores, a qualificação que assegurava determinação regulação social, parece perder espaço nos discursos empresariais e acadêmicos para a noção de competência, essas novas exigências e o deslocamento conceitual ensejam discussão em várias áreas de conhecimento: Administração (DUTRA, 2004, FLEURY, M; FLEURY, A, 2000), Educação (PERRENOUD, 1999), Sociologia (ZARIFIAN, 2001).

A noção de competência não substitui o conceito de qualificação com a qual disputa espaço teórico-empírico nas relações de trabalho (RAMOS, 2001). Nesse sentido, a qualificação era dividida em três dimensões: conceitual, social e experimental (SCHWARTZ, 1995). A dimensão conceitual defendia a qualificação como função do registro de conceitos teóricos formalizados e dos processos de formação, associado a diplomas e certificados. A dimensão social é responsável por inserir o trabalhador em um contexto sócio-histórico com outros que compartilham a mesma identidade e categoria profissional. Na dimensão experimental, a qualificação dos trabalhadores evolui em razão do permanente acúmulo de experiências e da aquisição de novos conhecimentos e habilidades por meios formais e informais.

Por sua vez, a competência profissional é entendida como os conhecimentos, as habilidades, e as atitudes que são mobilizados pelos trabalhadores para a realização de uma ação específica. Nesse sentido, as capacidades adquiridas em sua trajetória de vida são apenas potenciais, somente a situação real é capaz de evidenciar a competência do profissional (ZARIFIAN, 2001). Competência é saber agir responsável e reconhecido, que implica em integração e transferência de conhecimentos, recursos e habilidades que agreguem valor à organização e valor social ao indivíduo (FLEURY, M; FLEURY, A, 2000).

Em função de as empresas terem a necessidade de inovação e criatividade, torna-se importante discutir as questões relacionadas ao profissional de Contabilidade no que se refere à adequação do perfil deste para que esteja preparado para enfrentar os desafios do mercado de trabalho (CARDOSO; SOUZA; ALMEIDA, 2006). As novas exigências do profissional contábil implicam na qualificação quanto à competência requerendo, desse modo, um novo perfil, que estejam mais preparados para enfrentar a atual realidade das Organizações, ou seja, o Mercado de Trabalho passou a exigir cada vez mais um profissional que seja capaz não apenas de gerar informações, mas que também analise e participe do processo decisório (OTT *et al.*, 2011).

O mercado de trabalho para contadores é bem amplo e proporciona oportunidades com diversas alternativas de trabalho. Com isso, o estudante que se formar bacharel em Ciências Contábeis poderá optar pela atuação nas seguintes áreas: contabilidade financeira, contabilidade de custos, auditor interno ou independente analista financeiro, perito contábil, consultor contábil, professor de contabilidade, pesquisador contábil, cargos públicos e cargos administrativos (MARION, 2005).



As organizações que desejam manter-se no cumprimento das suas missões institucionais precisam aprender a aprender. Devendo ser capaz de trabalhar em equipes multidisciplinares na busca de soluções, o profissional contador deve inserir-se nesse contexto (SANTANA JUNIOR; PEREIRA; LOPES, 2008). O mercado atual para o contador requer novos conhecimentos, criatividade, modernidade, novas tecnologias e mudanças urgentes na visão através dos paradigmas (SILVA, 2003).

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UESPI

A Universidade Estadual do Piauí (UESPI) originou-se do Centro de Ensino Superior (CESP), criada em 1984, sendo componente da estrutura da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí (FADEP). O CESP era o órgão dos Recursos Humanos de nível superior e teria como finalidade apoiar e impulsionar as ações acadêmicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão (UESPI, 2017-2021).

Em 1986, o Poder Executivo Estadual instituiu as condições necessárias e a regulamentação do CESP como UESPI. Em 1993, através do Decreto Federal n.º 042/1991, foi autorizado o funcionamento da UESPI, dando início das atividades em Teresina, *campus* do Pirajá, ainda nesse período foram instalados, os *campi* de Corrente, Floriano, Parnaíba e Picos. Em 1º de dezembro de 1995, foi aprovado o novo Estatuto, assim, criando a Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESP). Em 2004, houve nova discussão de novos Estatutos, sendo eles aprovados oficialmente mediante os Decretos n.º11. 830/2005 (FUESPI) e n.º11. 831/2005 (UESPI), respectivamente (UESPI, 2017-2021). O conselho Estadual de Educação de cada estado passou a autorizar os cursos nas Universidades Estaduais.

A missão da UESPI é formar profissionais competentes e éticos, detentores de uma visão crítica, reflexiva e humanística acerca da sociedade a que pertencem, a fim de promover uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, no âmbito estadual e nacional (UESPI, 2017-2021).

Por meio da Lei Estadual n.º4. 619/93, foi criado o *Campus* de Picos, e, no dia 30/03/1994, através do Decreto Estadual n.º9. 170 o *Campus* foi denominado “*Campus* Professor Barros Araújo”, no qual, o primeiro curso implementado foi o curso de Ciências Contábeis, com o semestre, sendo iniciado em 1994 (PCC, 2014)

A estrutura curricular do Curso de Ciências Contábeis da UESPI reflete a preocupação da IES com a formação de um egresso com característica no seu PPC. O atual Decreto Estadual regente n.º16. 561 de 03/05/2016 tinha validade até 31/12/2019, com isso o curso está passando pelo processo de avaliação com algumas alterações na Coordenação, NDE, Plano de Estágio, Relação de Professores e outros.

No Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Piauí, o Estágio Supervisionado é um componente obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, ou seja, uma parte integrante no processo de formação e a junção da teoria com a prática. Entretanto, as disciplinas de Estágio Supervisionado do referido curso têm como fundamentação bibliográfica o regulamento do Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis UESPI e autores que abordam Estágio Supervisionado (BURIOLLA, 2001).

Atualmente a carga horária do curso de Ciências Contábeis da UESPI é perfeitamente compatível com os dispositivos legais. O curso possui 3.030 horas, integralizadas em oito semestres letivos. De acordo com a Resolução CNE/CES n.º10/2004, a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste numa atividade



opcional da Instituição, no momento da definição do PCC. O currículo atual da UESPI já contempla o TCC como item obrigatório, que será desenvolvido individualmente, com conteúdo fixado pela Coordenação do curso, alinhando às linhas de pesquisas institucionais. O estágio supervisionado e o TCC são componentes curriculares importantes no ensino-aprendizagem e na formação do profissional de Contabilidade.

O estágio é um componente transversal da formação que deve influenciar e ser influenciado por todas as disciplinas curriculares. Quando a prática nas organizações está desvinculada dos conteúdos e das metodologias das disciplinas há uma descaracterização do estágio como elemento articulador da formação profissional (ZABALZA, 2004). As disciplinas fundamentam o processo formativo que é enriquecido pela fase do estágio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, pode-se constatar que o estudante de Ciências Contábeis precisa ter essa experiência inicial de como funciona o meio contábil profissional para amadurecer cada técnica e procedimento, claro que como foi posto no decorrer do trabalho diante de alguns pensamentos, nem todos os estágios irão oferecer um bom acompanhamento, isso afeta diretamente o desenvolvimento do aluno.

A UESPI fica responsável por fornecer todos os elementos para o estudante alcançar o propósito de aprender tudo que se mostra na grade curricular do curso ofertado, sendo que a disciplina do Estágio Supervisionado é considerada uma passagem fundamental para que se alcance o nível prático que é a chave do sucesso do curso, fazendo com que isso fortaleça tudo que foi absorvido no processo de ensino, e também proporcionando uma visão de Mercado para o futuro contador.

A IES pode extrair, de forma simples, alguns conhecimentos e habilidades requeridas pelo mercado do profissional contábil, assim amenizando essa dificuldade encontrada na realização do estágio e inserido de fato o discente no mercado de trabalho. O docente por sua vez tem a função que é indispensável para a aprendizagem e formação do aluno, podendo reduzir alguns impactos negativos do estágio para a formação profissional.

Portanto, a hipótese foi confirmada, pois restou demonstrado que o estágio supervisionado é essencial para a conciliação da teoria com a prática preparando o aluno para o mercado de trabalho, ou seja, alunos que realizam o estágio supervisionado têm um desempenho melhor no ambiente profissional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. *Processo ensino-aprendizagem: características do processo eficaz*. Millenium, 2010.

ALMEIDA, P. G. S. A. *Questões dos alunos e estilos de aprendizagem: um estudo com um público de Ciências no ensino universitário*. Unpublished PhD thesis. University of Aveiro, Aveiro, 2007.

ARAÚJO, K. C. L. C. A construção dos saberes docente: um olhar sobre a prática pedagógica dos professores iniciantes da educação superior. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 13., 2002, Recife. *Anais... Programas e resumos: painéis e pôsteres*, Recife, 2002.



BASTOS, A. V. B. Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário de reestruturação produtiva. *Contexto e Desafios em TD&E*, 2006.

BALDWIN, B. A.; RECKERS, P. M. J. Exploring the Role of Learning Style Research in Accounting Education Policy. *Journal of Accounting Education*. v.2, n. 2, Fall, 1984.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Lei nº11.788, de 25 de novembro de 2008. *Lei do Estágio*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2019.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. *Estratégias de Ensino–Aprendizagem*. 32ª. Ed. Petrópolis: Vozes. 2012.

BURIOLLA, M. A. F. *O estágio supervisionado*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CARDOSO, V. A. *Estágio nas Organizações: a percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense de volta redonda-RJ*. Rio Janeiro. 2017. p. 5.

CARDOSO, J. L.; SOUZA, M. A. de; ALMEIDA, L. B. de. Perfil do Contador na atualidade: um estudo exploratório. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, São Leopoldo, v. 3, n. 3, p. 275-284, set./dez. 2006.

CERQUEIRA, T. C. S. *Estilo de aprendizagem em universitários*. 2000. 179 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2000.

COLOMBO, I M.; BALLÃO, C. M. Histórico e aplicação da Legislação de Estágio no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, n.53, p.171-186, jul. set. 2014.

DIAS FILHO, J. M. Reflexões sobre o ciclo de vida do conhecimento contábil: uma contribuição à formação do currículo do Curso de Ciências Contábeis no Brasil. *Reac-Revista de Administração e Contabilidade*, v.3, n. 2, p.84-99, jul/dez, 2011.

DUTRA, J. S. *Competências: Conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna*. São Paulo: Atlas, 2004.

FARIA, A. C.; QUEIROZ, M. R. B. Demanda de profissionais Habilitados em Contabilidade Internacional no Mercado de Trabalho da Cidade de São Paulo. *Revista Universo Contábil*, v. 5, n. 1, p. 55-71, 2009.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



FREY, M. R.; FREY, I. A. A contribuição do estágio supervisionado na formação do bacharel em ciências contábeis. *Revista contabilidade vista & revista*. Belo horizonte, v.13, n.1, p. 93-104, abril 2002.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. *Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira*. São Paulo: Atlas, 2000.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisas Social*. São Paulo: 6ª Ed. Atlas, 2008.

GIL, A. C. *Didática do ensino superior*. São Paulo: Atlas, 2006.

HARGREAVES, A. *O Ensino na Sociedade de Conhecimento: educação na era da insegurança*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IEL. Instituto Evaldo Lodi. *Tudo que você precisa saber*. Brasília-DF, 2013.

IUDÍCIBUS, S. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo 6. ed. Atlas, 2000.

KONRAD, M. R. *Teacher education for undergraduate courses in Accounting: a study of private HEIs (Higher Education Institutions)*. 2015. 309 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

KOUNROUZAN, M. C. A qualidade do ensino nos cursos de ciências contábeis e a formação do contador para atender o mercado de trabalho. *Revista Thêma et Scientia*, v. 1, n. 1, p. 17-26, 2011.

KNOWLES, M. S; HOLTON, E; SWANSON, R. A. *The adult learner: the definitive classic in adult education and human resoure management*. 7 ed. Burlington: Butterworth-Heinemann/Elsevier, 2011.

KOLB, D. A. *Experimenntal learning: experience as the source of learning and development*. New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1984.

KOLB, A. Y.; KOLB, D. A. Learning styles and learning spaces: enchancing experiential learning in Higher Education. *Academy of Management Learning & Education*, v.4, n. 2, p. 193-212, 2005.

KOLB, D. A.; YEGANEH, B. Deliberate experiential learning: mastering the art of learning from experience. In: *Contemporary Organizational Behavior in Action, Pearson Education*, Upper Saddle River, 2012.

LAFFIN, M. Graduação em Ciências Contábeis: a ênfase nas competências: contribuições ao debate. *Education Policy Analysis Archives*, Arizona, n. 23, p. 1-27, 2015.



MACEDO, L. *Competências e habilidades: elementos para uma reflexão pedagógica*. 2005. Disponível em: <https://www.cefetsp.br/edu/eso/competeciashabilidades.html>. Acesso em: 28 jun. 2020.

MAGALHÃES, F.A. C.; ANDRADE, J. X. A educação Contábil no Estado do Piauí diante da proposta de convergência internacional do currículo de contabilidade concebida pela ONU/UNCTAD/ISAR. 2004. In: *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, 2006.

MARION, J. C. *O Ensino da Contabilidade*. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, J. C. *Contabilidade Empresarial*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº10, de 16 de dezembro de 2004. *Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, de 28/12/2004. Seção 1, p.15.

MIZUKAMI, M.G. *Ensino: as abordagens do processo*. Editora Pedagógica e Universitária Ltda.: São Paulo, 1986.

MOREIRA, D. A. *Didática do ensino superior: técnicas e tendências*. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

MOURÃO, L. Oportunidade de qualificação profissional no Brasil: reflexões a partir de um panorama quantitativo. *Rac, Curitiba*, v.13, n.1, art. 8 p.136-153, Jan/mar. 2009.

MOHAMED, E.; KA, LASHINE, S.H. Conhecimentos e habilidades contábeis e os desafios de um ambiente de negócio global. *Revista Contabilidade e Finanças*. v. 22, p. 03-16, 2003.

NOSSA, V. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil: uma análise crítica. *Caderno de Estudo*, São Paulo: FIEPECAFI, n. 21, p.1-20, maio/agosto, 1999.

OLIVEIRA, E. *Contabilidade Informatizada*. São Paulo: Atlas, 2003.

OTT, E.; CUNHA, E. V. A.; JUNIOR, E. B. C.; LUCA, M. M. M. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. *Anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis*, 2011.

PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, P. *Construir competências desde a escola*, trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre. Artmed. 1999.



UESPI (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ). [2017 – 2021]. *Plano de desenvolvimento Institucional*. Disponível em: <https://www.uespi.br/site/wp-content/uploads/PDI_FINAL_GRAFICA_2017.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PIMENTEL, A. A teoria da aprendizagem experiencial como alicerce de estudos sobre desenvolvimento profissional. *Estudos de Psicologia*, v.12, n.2, p. 159-168, 2007.

REIS, A.J.; SILVA, S.L.; SILVA, C. C. A. *A História da Contabilidade no Brasil*. 2007. 13f. Dissertação (Graduação em Ciências Contábeis). UNIFACS. São Paulo. 2007.

REIS, L. G.; PANTON, C.; NOGUEIRA. Estilos de aprendizagem: uma análise dos alunos do curso de Ciências Contábeis pelo método Kolb. *Enfoque: reflexão contábil*, Paraná, v. 3, n.4, 2012. 92.

RAMOS, M. N. *A pedagogia da competência: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. de; PEREIRA, D. M. V. G.; LOPES, J. E. de G. Análise das habilidades cognitivas requeridas dos candidatos ao cargo de contador na administração pública federal, utilizando-se indicadores fundamentados na visão da Taxonomia de Bloom. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 108-121, 2008.

SANTOS, E.; BILAC, D.; CUNHA, C.; BARBOSA, S. A Contribuição do Estágio Supervisionado para os Estudantes de Contabilidade. *Revista Humanidade e Inovação*, v.4, n.5-2017.

SANTOS, M. A.; PIRES, E. G.; MACAMBIRA, M. O. A construção do conhecimento sobre ensino e aprendizagem em contabilidade: um olhar sobre os congressos USP e ANPCONT no período de 2007 a 2011. *Revista Evidenciação contábil*. v.1, n.1, p. 71-84, jan./jun, 2013. ISSN 2318-1001.

SCHLINDWEIN, A. C. *O ensino de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino da Mesorregião do Vale do Itajai/SC: uma análise das contribuições curriculares da Resolução CNE/CES N. 10/2004*. Orientador: Maria José Carvalho de Souza Domingues. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Santa Catarina, 2007.

SCHMITZ, L. C. *Abordagem experiencial no ensino de Administração: análise da efetividade na disciplina de gerenciamento de projetos*. 2013. 250 f. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós- graduação em administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

SCHIMIDT, P. *Uma contribuição ao Estudo da história do pensamento contábil*. Tese (Doutorado em contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.



SHARLANOVA, V. Experiential learning. *Trakia Journal of Sciences*, v.2, n.4, p 36-39, 2004.

SCHWARTZ, B. *Modernizzare senza escludere - Un progetto di formazione contro l'emarginazione sociale e professionale*. Roma, Anicia srl, 1995.

SILVA, D. M. *O impacto dos estilos de aprendizagem no ensino de Contabilidade na FEA -PR/USP*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP. 2006.

SILVA, G. B.; FELICETTI, V. L. Habilidades e competências na prática docente: perspectivas a partir de situações-problema. *Educação por Escrito*, Porto Alegre, v.5, n.1, p. 17-29, jan – jun. 2014.

SONAGLIO, A.L. B.; GODOI, K.; SILVA, A. B. Estilo de aprendizagem experiencial e a aquisição de habilidades: um estudo com discentes de graduação em administração em Instituições de Ensino Superior. *Administração Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, jan/fev/mar, 2013. v/mar, 2013.

SOUSA, M. A. B; MIRANDA, G. J. Um estudo a respeito do estágio curricular supervisionado nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil com foco na teoria experiencial de aprendizagem. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 16, n.39, p.66-88 abr/jun. 2019.

SOUZA, V. L.; AMORIM, T. N.; SILVA, L. O estágio: ferramenta fundamental para a inserção no mercado de trabalho? *RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 10, n. 2, p. 269-294, 2011.

SOUZA, M. B.; ORTIZ, H. C. A estrutura básica para o ensino superior de contabilidade. In: PELEIAS, Ivam Ricardo (org.). *Didática do ensino da contabilidade – aplicável a outros cursos superiores*. São Paulo: Saraiva 2006. p. 121-178.

SOUZA, S. P. O novo perfil profissional de contabilidade da era. *Revista científica semana acadêmica*, Fortaleza, ano MMXII, n. 000017, 2012.

XISTOS. L. Competências e habilidade esperadas nas ações formativas profissionais do discente de ciências contábeis. *Revista eletrônica da FJAV*, v.1, n.03, 2008.

ZARIFIAN, P. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

ZABALZA, M. A. *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.